

Transcrição episódio #10 – Direitos Humanos se constroem no coletivo

Música

Daniela Stefano: Olá, bom ter você aqui! Eu sou Dani Stefano e apresento o podcast que celebra os 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Também comemoramos 25 anos da publicação do livro Direitos Humanos no Brasil. As pessoas que fazem parte desta história compartilham memórias e análises sobre diversos temas em relação à defesa de direitos e à construção de justiça social no Brasil.

Vinheta de abertura com Sergio Marone

Jelson Oliveira: A saída para a Amazônia e para todos os biomas vem das populações locais. Essas pessoas conhecem, amam, habitam esse lugar. E porque habitam elas sabem o que precisa ser feito e elas precisam então ser envolvidas. A COP tem que ser um grande movimento, uma grande mobilização que envolve essas pessoas.

Sueli Bellato: Eu tenho para mim que a esperança é coletiva, que a organização, que a gente avança juntos, ela tem sabor de vitória coletiva e continuar vinculada a essa luta significa desejar um país justo, soberano, com relações fraternas para todos.

Música

Dani: Sueli Bellato e Jelson Oliveira, conselheiros da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos são os convidados deste décimo episódio de Direitos Humanos no Brasil.

Música

Dani: Sueli Bellato é religiosa, advogada e conselheira da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Há 40 anos, mais de 1.500 trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra ocuparam a fazenda Anoni, em Sarandi, no Rio Grande do Sul. Esta é uma das primeiras ocupações da história do MST e a Sueli foi a primeira advogada popular do movimento. Sueli, você pode contar um pouco dessa história?

Sueli: Então, foi uma história, assim, de aprendizado. Porque eu nunca tinha tido nenhuma inserção na área rural do Rio Grande do Sul. A minha experiência era com canavieiros da Paraíba. E essa experiência era muito recente, o próprio movimento, fundado em 1985, ainda estava em uma fase de oficialização, de formalização e os sem terra vêm ocupar a fazenda Anoni em 83 e ocupam com uma organização acima da média do que a gente conhecia na época. Eles entram com 16 núcleos. Cada núcleo tinha por volta de mais de 200 famílias. Para mim, essa história é uma história de escola, de aprender o processo propriamente de declaração de interesse social, esse processo que tem que chegar à reforma agrária. É uma região do norte do Rio Grande do Sul, muito conservadora, com uma organização inclusiva, dos ruralistas muito forte, e eles não queriam que esse movimento prosperasse. Então, eles fazem todas as dificuldades. O Sem Terra para entrar numa agência bancária, era a maior

dificuldade porque era tão grande o grau de hostilização e de preconceito contra eles, que até para receber ou fazer algum pagamento eles tinham dificuldade. Isso é interessante, porque essa situação reverte quando eles conseguem as primeiras desapropriações de fato e começam a receber os insumos para que eles se estabeleçam na área rural, essa realidade inverte e são os gerentes dos bancos que começam, dentro da Fazenda Anoni, procurar clientes. Então, é muito interessante ver como inverteu a ordem a partir do econômico, a partir do que o movimento e a Fazenda Anoni propriamente começam a produzir nesse município.

Dani: Qual era o seu papel, porque eles precisavam de uma advogada?

Sueli: Porque tinha muitas questões jurídicas, primeiro as prisões, sempre que se tentava uma situação de pressão acabava tendo prisões, depois a questão da terra, que era o principal, tentar vencer os obstáculos que estavam colocados para que não saísse a desapropriação. E tudo isso demandava então, ações jurídicas.

Música

Sueli: Quando a organização se volta para o coletivo, o resultado é muito mais favorável do que o individual. Então, isso também foi algo que eu aprendi com eles, né, e aprendi muito com a Rose também, acho que você já viu, aquele filme “Terra para a Rose”. Eu convivi muito com a Rose, ela era de uma das áreas com maior dificuldade na Fazenda Anoni, mas era uma liderança fantástica, uma mulher muito batalhadora e a Rose contava a história dela. Nas vésperas da ocupação da Fazenda Anoni ela estava em trabalho de parto e ela ficou com um receio, disse pra mulheres que iria depois. E elas disseram que se ela não fosse, elas também não iriam. E ela decidiu ir com as mulheres no dia da ocupação. E o dia que ela cortou junto com os companheiros, a cerca dessa propriedade improdutiva, ela descobriu que nada mais tinha valor no individualismo e no consumismo. E o que ela decidiu como reflexo dessa visão, dessa leitura que ela fez? Que se quer o nome, ela podia dar o nome sozinha para o filho dela. Ela pedia que o acampamento com as 1.500 famílias] discutissem qual era o nome da primeira criança que nasceu na Fazenda Anoni. E eles escolheram um nome Marco, porque marcou o nascimento do bebê, e Sepé Tiaraju, que é primeiro líder da reforma agrária no Rio Grande do Sul.

música

Dani: Como assessora jurídica da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, você atuou no setor de combate à violência no campo e participou também do julgamento dos assassinos do Chico Mendes. Como era o cenário naquele momento?

Sueli: Eu continuava ainda no MST, 1988, 1989 e a CPT já fazia desde aquele tempo, os relatórios dos números de assassinatos no campo e eram números sempre muito altos. Então, alguns líderes rurais se reúnem com a CUT e decidem criar o setor de combate à violência no campo. E eu recebi uma proposta de compor este departamento rural onde nasceria o setor de combate à violência no campo. Fui para Belo Horizonte no terceiro CONCUT e minha tarefa foi organizar uma entrevista coletiva com as pessoas ameaçadas de

morte. E apresentá-la para os delegados internacionais para que se fizesse chegar também no âmbito internacional as denúncias de ameaça de morte que os sindicalistas especialmente sofriam naquele momento. E entre esses ameaçados de morte estava o Chico Mendes. O Chico também participa do terceiro CONCUT, ele tem um papel muito importante na aprovação das reservas extrativistas, que era o objetivo de vida dele, a preservação da floresta. Ele teve uma atuação fantástica de articulação naquele CONCUT e é eleito diretor. Isso é setembro de 1988. No dia 22 de dezembro ele é assassinado.

Música

Sueli: Já tinha muito número de violência, de mortes e nunca tinha tido um júri em Chapuri. Era uma questão assim pedagógica, política, não deixar esse caso emblemático passar em branco. E aí o pessoal diz: "olha Sueli, você está aqui no setor de combate à violência no campo, assassinaram um diretor da CUT e você deve atuar". E eu fiquei, então, estudando a realidade local, o território, as relações, a organização que conspirou contra a vida do Chico, que já tinha sofrido inclusive, um atentado, e todas as tentativas dele, inclusive do desenvolvimento de Chapuri, que era uma realidade bastante precária, eram muito difíceis as conquistas.

Música

Sueli: Acho que o fato de ter tido o julgamento dos assassinos e o processo que mostrava que, além de os crimes não ficarem impunes, o que tinha de atraso no Acre ligado aos latifundiários. Para eles era mais interessante ter esse pessoal submetido a qualquer preço para vender a sua mão de obra. desde há muito, quanto que os seringueiros são roubados, por exemplo na hora da venda do látex, uma extração que você tem que estar na mata durante a noite, com muitos intempéries, com dificuldades inclusive junto de doenças malárias e tudo, tanta coisa a mais, e depois, na hora que eles conseguem recolher o produto da seringa e levar para a venda, sempre tem uma diminuição no preço daquilo que eles deveriam receber.

música

Sueli: Ele começa a ter alguma visibilidade quando, de fato, o mundo começa a reconhecer a liderança e a contribuição que o Chico dava. Além da questão organizacional dos trabalhadores, grande articulador, ele tinha uma paixão pela biodiversidade muito grande. E ele fazia pesquisas na Amazônia das plantas diversificadas que existiam lá. Então, essas pesquisas também ele mandava para cientistas, que iam cada vez mais reconhecendo o talento do Chico. Então, acho que o Acre tem o antes e o depois do assassinato do Chico Mendes. Eu acho que esse antes se reverte no trabalho escravo e nos assassinatos que os trabalhadores sofriam, porque reclamar um direito trabalhista era ameaça de morte. E você tem um depois, que eu acho que eles descobrem a sua força, aprendem o sentido da mensagem que o Chico Mendes e o Wilson Pinheiro de Brasileia também deixaram, o Wilson é uma liderança muito forte com quem o Chico conviveu muito também de Brasileia e foi assassinado bem antes, depois você tem o Ivair Gino, que era uma liderança da igreja também ligado ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, também assassinado no mesmo ano que o Chico foi assassinado, você tem um monte de lições de vida que os trabalhadores aprendem a

mensagem que eles deixaram e começam a ir atrás, buscar se fortalecer e mudar a realidade para impor os seus direitos.

música

Dani: Sueli, você também participou da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, entre outras organizações que defendem os direitos humanos. Quais pontos você destaca sobre esses trabalhos?

Sueli: Acho que a defesa da dignidade humana, o que todas essas entidades fazem. Eu sou militante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz muito antes do período democrático, e a minha militância começou aos 15, 16 anos, na Zona Leste em São Paulo, na Pastoral de Juventude. E a Comissão Brasileira de Justiça e Paz eu acho que ela é um amparo principalmente nas denúncias das violações de direitos humanos. A comissão de Anistia é fundamental na correção dos percursos, principalmente em vista da democracia. As vítimas da ditadura militar, as vítimas da perseguição política, por um Estado que não permitia a liberdade de expressão a liberdade de organização.

música

Dani: A defesa dos direitos humanos e justiça social continua central no seu trabalho. Qual a importância de atuarmos coletivamente sobre esses princípios?

Sueli: Eu tenho para mim que a esperança é coletiva. Que a organização, que a gente avança juntos, ela tem sabor de vitória coletiva. Continuar vinculada a essa luta significa desejar um país justo, soberano, com relações fraternas para todos. A minha vida não pode se pautar fora desses parâmetros e desses princípios que é a luta por dignidade para todos. Acho que é isso que me move, é isso que me faz acreditar que a gente tem que esperançar todos os dias, coletivamente.

Música

Dani: Você está ouvindo Direitos Humanos no Brasil, um podcast em comemoração aos 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A 25ª edição do livro Direitos Humanos no Brasil já está disponível e pode ser lida e baixada em www.social.org.br.

Música

Dani: Jelson Oliveira é professor de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e conselheiro da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Jelson, você acabou de lançar o livro Frágil Equilíbrio, Justiça Climática e Responsabilidade Ambiental. Você pode comentar o livro?

Jelson: Tem nos preocupado muito essa questão ambiental nos últimos anos. E tem uma incompreensão da relação entre as questões sociais, as questões dos direitos humanos e a

questão ambiental no sentido geral. O livro tem uma proposta que é discutir precisamente o modelo de sociedade, chamando atenção para essa questão de que é um fator de justiça, que o mesmo sistema que gera as violações de direitos humanos, que gera as desigualdades sociais, que deixa milhões de pessoas ao redor do mundo em situações de vulnerabilidade é também o mesmo sistema que vem fabricando, ao longo dos últimos anos, a crise ambiental. As ondas, por exemplo, de seca ou de enchentes ou as questões que levam ao aumento da situação de fome em vários países que estão ligados às questões climáticas, isso tudo afeta de forma desigual os grupos sociais, os países e as pessoas. Então esse livro, *Frágil Equilíbrio*, pretende chamar atenção para essa fragilidade do equilíbrio do sistema Terra. Então, pensar a fragilidade é pensar a nossa conexão afetiva, amorosa e responsável com todos os outros seres vivos e, ao mesmo tempo pensar que nós, como seres humanos, temos uma responsabilidade central nesse processo.

Música

Jelson: As primeiras pessoas a serem afetadas pelas mudanças climáticas, são dos países do chamado Sul Global, entre eles os países da África e os países da América do Sul, América Central. Estudos por exemplo, do Instituto de Meio Ambiente de Estocolmo, coordenados pelo professor Hickel apresenta, por exemplo números que são assustadores, mostrando como os prejuízos e os danos do aquecimento global afetam de forma, muito forte os países do sul global, chega a ser de 89 a 98% de todas as mortes ocorridas no mundo devido às catástrofes climáticas acontecem nos países do sul global.

Dani: Quais seriam então as principais medidas para promover as justiças climática e social?

Jelson: Eu acho que a gente precisa melhorar a consciência das pessoas, que eu chamei de alfabetização climática. E depois, eu acho que essa consciência ela vai nos levar a pequenas atitudes, estilos de vida, coisas assim, mas isso não basta, porque nós sabemos que as decisões são do âmbito político. E depois, votar corretamente, escolher bem politicamente os nossos governantes. Por quê? Porque deles depende muito da solução final para mudar o final dessa história. Precisamos de governos e de políticos comprometidos com mudanças de longo prazo.

Música

Dani: Qual é o papel da COP30, a 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que acontece em novembro de 2025 em Belém?

Jelson: A COP30 faz parte dos processos pelos quais a sociedade contemporânea está tentando enfrentar os problemas climáticos e nós sabemos que o enfrentamento também se dá em nível internacional, em nível global. Todos temos que ter iniciativas e para isso nós precisamos fortalecer as instâncias internacionais. Então a COP é um momento de fortalecimento dessa articulação internacional na qual os problemas da justiça climática começam a aparecer. As vozes alternativas precisam ser ouvidas também. A saída para a Amazônia e para todos os biomas vem das populações locais. Essas pessoas conhecem, amam, habitam esse lugar e porque habitam elas sabem o que precisa ser feito e elas

precisam então ser envolvidas. A COP tem que ser um grande movimento, uma grande mobilização que envolve essas pessoas. Então a chamada Cúpula dos Povos que vai acontecer em Belém, as articulações vão ter um papel muito importante porque ou a COP abre-se, vai ser impactada por essas vozes, por esses saberes, por essas formas de vida que são alternativas a esse modelo atual, ou a COP vai ser um grande fracasso.

Dani: A Cúpula dos Povos e as organizações sociais, como elas estão se mobilizando para defender a justiça climática?

Jelson: Há uma mobilização forte da parte dos movimentos sociais, da parte das comunidades também, a gente tem, por exemplo, o MST que está organizando caravanas, as organizações indígenas, negras, da parte por exemplo, da igreja tem várias congregações que estão se articulando para participar. A gente precisava ter mais envolvimento da sociedade, principalmente envolvimento deste ponto de vista crítico, da sociedade entender que é um momento importante e que é importante também que ela fosse ouvida, para que isso não fique sendo uma coisa de especialistas, de cientistas.

Música

Jelson: Eu queria lembrar de uma carta que foi escrita pelo Andri Magnason, e foi colocado numa placa de bronze, em cima de uma geleira; a geleira de Okjökull que foi declarada a primeira geleira que morreu na história. Essa carta chama-se Carta para o Futuro. E essa carta diz o seguinte, nós sabíamos o que estava acontecendo e o que precisava ser feito só vocês vão saber se nós fizemos o que era preciso. Precisamos tomar uma atitude urgente antes que as gerações do futuro já nem existam mais.

música

Dani: Neste décimo episódio de Direitos Humanos no Brasil conhecemos a atuação de Sueli Bellato em momentos históricos na defesa de movimentos sociais. Também conversamos com Jelson Oliveira sobre os impactos da crise climática. Em comum, nossos convidados ressaltam a importância do trabalho de organizações e movimentos sociais para garantir os direitos humanos e encontrar a saída para a crise climática.

Música

Dani: O podcast Direitos Humanos no Brasil é apresentado e produzido por Daniela Stefano. Música e mixagem de áudio: Luiz Mendonça | Narração da abertura e encerramento: Sergio Marone (Movimento Humanos por Direitos). | Arte: Fábio Carvalho | Mídias sociais: Ana Rosa Carrara | Coordenação: Maria Luisa Mendonça | Um abraço solidário e até o próximo episódio.

Vinheta de encerramento com Sergio Marone

